

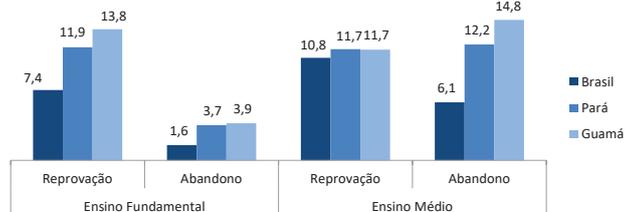
As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Guamá.

Em relação à taxa de reprovação, no ensino fundamental, a região atingiu 13,8% de reprovados, em 2017, bem acima do valor total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente, em oposição ao observado no ensino médio, em que as taxas resultaram em valores próximos para os três instâncias (Brasil, 10,8%; Pará, 11,7%; e RI Guamá, 11,7%). O município de São Domingos do Capim apresentou a maior taxa de reprovação, tanto no ensino fundamental, 19,2%, quanto no médio, 24,7%. O município de Maracanã apresentou a menor taxa, no ensino fundamental, com 9,6%, e no ensino médio, a menor taxa registrada foi no município de Vigia, com 5,7% de alunos reprovados.

Quanto à taxa de abandono, a RI Guamá ultrapassou os valores observados pelo Pará e Brasil, nos dois níveis de ensino, em especial, no nível médio (Gráfico 02). O município de São Caetano de Odivelas apresentou a maior taxa de abandono, tanto no ensino fundamental quanto no médio, com 6,4% e 25,6%, respectivamente. O município de Colares apresentou a menor taxa, no ensino fundamental, com 1,6%, e, no ensino médio, com 3,9%.

O estado do Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2017



Fonte: INEP/Fapespa, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os dezessete anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente). Na região, o município de São Domingos do Capim destacou-se com a maior taxa de distorção, tanto no ensino fundamental (43,3%) quanto no médio (67,8%). A menor taxa no ensino fundamental foi do município de São João da Ponta (22,9%), e, no ensino médio, a menor distorção em Colares (37,5%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Guamá e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Guamá	31,6	54,5
Castanhal	26,3	45,3
Colares	27,6	37,5
Curuçá	34,5	58,8
Igarapé-Açu	35,0	48,3
Inhangapi	33,3	57,4
Magalhães Barata	30,9	58,7
Maracanã	31,8	53,2
Marapanim	31,7	64,7
Santa Isabel do Pará	28,4	50,3
Santa Maria do Pará	37,0	55,8
Santo Antônio do Tauá	28,9	44,3
São Caetano de Odivelas	35,7	62,4
São Domingos do Capim	43,3	67,8
São Francisco do Pará	28,0	58,4
São João da Ponta	22,9	53,6
São Miguel do Guamá	36,5	59,9
Terra Alta	26,8	56,1
Vigia	30,7	48,2

Fonte: INEP/Fapespa, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Guamá, a taxa de mortalidade infantil de 12,04 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada, em 2017, foi inferior à do Pará, de 15,38. Os municípios da região com as maiores taxas foram São Francisco do Pará (24,27), Inhangapi (22,86) e Terra Alta (19,42). Por outro lado, São João da Ponta não apresentou nenhum caso de morte infantil, e Marapanim (6,19), Igarapé-Açu (7,09) e Santo Antônio do Tauá (8,28) obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, constavam, em 2018, 1.624 agentes, equivalentes à proporção de cobertura de 99,89% (apenas o município de Marapanim não possuía 100% da população estimada coberta), maior que a observada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 188 equipes implantadas na RI, correspondendo a uma proporção de cobertura média de 91,34%, superior à do estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, dez municípios da região alcançaram 100% da cobertura (Colares, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta e Terra Alta), ressaltando-se, também, que São Miguel do Guamá (42,10%) e Vigia (59,46%) apresentaram as menores proporções de cobertura.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Guamá
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	12,04
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	99,89
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	91,34
Hospitais - 2018	6.687	247	17

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Guamá
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	4,17
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,34

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

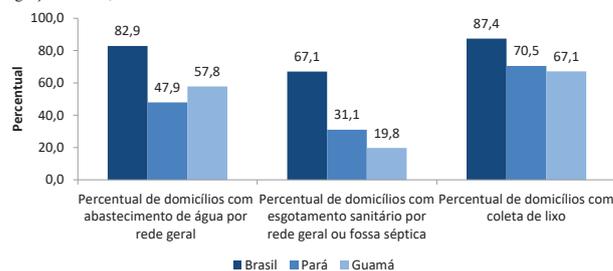
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Guamá contava, em 2018, com 17 hospitais (hospital geral, hospital/dia e hospital especializado). Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 4,17, superior à observada pelo Pará, de 2,47. Em relação a leitos hospitalares por mil habitantes, a RI obteve, no mesmo ano, a taxa de 1,34, menor que a do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Guamá. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% contavam com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Guamá, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 57,8% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 19,8% e a de coleta de lixo, 67,1%. Destaca-se que a cobertura do serviço de abastecimento de água por rede geral era maior na região do que no estado do Pará.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Guamá, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010. Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosampa), em 2017, estava presente em oito (Castanhal, Inhangapi, Magalhães Barata, Marapanim, Santa Maria do Pará, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará e Vigia) dos 18 municípios que compõem a RI Guamá, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Guamá, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI GUAMÁ	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	39.312	25,3
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	23.773	59,5
Coabitação Familiar	168.684	39,2	12.493	31,3
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.168	5,4
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.495	3,7
Total Domicílios	1.859.165		155.347	

Fonte: IBGE/CENSO-2010. Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela, que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Guamá, o déficit era de 25,3% do total de domicílios. Em 2010, a componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 59,5% do total da região; coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 31,3% na região Guamá. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 91% na RI. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 5,4% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 3,7% na região.